



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
**COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO  
ES CRAVO**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO  
TRABALHO ES CRAVO**

**ATA**

**Local:** sala E do Hotel Royal Tulip, situado no Setor de Hotéis e Turismo Norte/SHTN, Trecho 1, Conj. 1B, Bloco C, em Brasília/DF;

**Data:** 13 de Dezembro 2010;

**Horário:** 09h30 (nove horas e trinta minutos);

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, na sala E do Hotel Royal Tulip, situado no Setor de Hotéis e Turismo Norte/ SHTN, Trecho 1, Conj. 1B, Bloco C, em Brasília/DF, foi realizada a Reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, sob a Presidência da Sra. Ruth Vilela – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE; **Presentes.** Sr. Paulo de Tarso Vannuchi - *Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos*; Sra. Ruth Vilela – *Representante do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE*; Sr. Leonardo Sakamoto – *Representante da Repórter Brasil / Organização de Comunicação e Projetos*; Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra – *Coordenador Executivo da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE*; Sra. Rogenir A. Santos Costa – *Representante da Catholic Relief Services – CRS – Programa Brasil*; Sr. Xavier Marie Plassat – *Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT*; Sra. Andréia Bozzou – *Consultora Independente da Repórter Brasil*; Sr. Sebastião Vieira Caixeta – *Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT*; Sr. Luis Camargo – *Subprocurador Geral do Trabalho Ministério Público do Trabalho*; Sra. Fernanda Carvalho – *Representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT*; Sr. Fernando Raul de Lima - *Auditor Fiscal do Trabalho*; Sra. Adriana Mandarinó – *Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA*; Sr. *Secretaria de Direitos Humanos - SDH*

Comandante Muiara – Representante do *Ministério da Defesa*; Sr. Carlos Alberto Nunes – *Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*; Sra. Tatiana Vila Carneiro – *Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil*; Sra. Clélia Brito Silveira – *Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP*; Sr. André Dantas Amaral - *Representante da Advocacia Geral da União – AGU*; Sr. Antonio Carlos Begonha – *Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República*; Sra. Vera Lucia Oliveira Boa – *Representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA*; Sr. Pedro Paulo Bahia – *Representante da Polícia Rodoviária Federal*; Sra. Meire Coem – *Representante Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil*; Sr. Jose Nery – *Representante Presidente da Subcomissão e Combate ao Trabalho Escravo do Senado Federal*. **Abertura.** O Sr. Paulo de Tarso Vannuchi iniciou a reunião com um tom de despedida, visto que aquela visita tinha o objetivo de apresentar a futura Ministra da SDH, Sra. Maria do Rosário. Informou que estava fazendo um rodízio nos Conselhos da SDH com esse objetivo. Ressaltou que era preciso discutir ali o que era mais importante para o Conselho e os objetivos da nova gestão. Relembrou que os últimos anos no âmbito dos direitos humanos foram dados passos importantes, mas evidentemente ainda muito longe do minimamente desejável. Agradeceu o empenho da Comissão Executiva da SDH pelo trabalho realizado para atualizar o Plano Nacional e atualizar a composição que era experiência importante para realizar um primeiro encontro nacional. Enfatizou que a vitória da candidata presidencial apoiada pelo Presidente da República possibilitava ainda mais a mudança e a continuidade dentro do processo do que poderia haver com alternância de partidos. E nesse sentido toda a manifestação inicial da Sra. Maria do Rosário era nesse sentido de que evidentemente alteraria a equipe, mas com uma linha de continuidade. Ponderou que era muito provável que várias figuras chaves daquela gestão permanecessem. Ressaltou que estava na hora de fazer uma publicação comparável ao livro do CDDPH sobre o trabalho escravo, pois possuíam acúmulo, textos, subsídios bastantes para contar a história do CONATRAE. Enfatizou que o enfrentamento do trabalho escravo era um tipo de tema que não era difícil conseguir grandes patrocínios,

ou os recursos orçamentários do próprio governo, do Ministério do Trabalho e Emprego, direitos humanos, Ministério da Cultura, do Ministério da Educação ou até haveria empresas que aceitariam isso e mais do que isso multiplicar muitos instrumentos de divulgação como filmes, vídeos, exposições. Ponderou que era muito importante a preparação de um pouco do que cada um naquele Conselho considerava importante, selecionar como apresentariam a proposta de encaminhamento para que o início do novo governo envolvesse realmente continuidade e saírem com reunião marcada para o CONATRAE em janeiro ou começo de fevereiro de 2011. Como estavam à espera da Sra. Maria do Rosário e esta ainda não havia chegado, o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi passou a palavra ao Sr. Leonardo Sakamoto para que este desse continuidade aos trabalhos propostos em pauta. O Sr, Leonardo Sakamoto agradeceu a presença de todos na última reunião do ano do CONATRAE. Em seguida destacou a importância da discussão sobre o monitoramento do Segundo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que era o fio condutor do combate ao trabalho escravo no Brasil e era uma das possibilidades de ligação entre um governo e outro. Informou que havia encaminhado por e-mail, outros dois subprodutos do plano, a carta compromisso pelo trabalho escravo que a Presidente Dilma Rousseff já havia assinado juntamente com mais doze governadores eleitos reforçando o pacto federativo. Esclareceu que o monitoramento do plano teria sido feito pela Sra. Andréia Bozzon, ex-coordenadora nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho. Informou que aquele era não era um documento fechado, havia ainda espaço para interlocução, para o diálogo, não um documento para publicação. Ressaltou que todas as organizações levariam para suas instituições e debateriam para que na próxima e primeira reunião do ano de 2011 pudessem fechar a avaliação. A Sra. Andréia Bozzon agradeceu a presença de todos e iniciou dizendo que queria contar como foi feito o trabalho e destacar somente cinco ações, uma de cada bloco para contar como foi o processamento dos dados do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e após abrir para o debate. Informou que a primeira parte do trabalho foi feita a partir de uma revisão documental, então isso implicou numa leitura cuidadosa do segundo plano e do primeiro plano também. E que após essa

revisão documental teve então lugar, um processo de reflexão para criar indicadores para cada ação do plano. E ao mesmo tempo em que houve a elaboração de indicadores ocorreu um processo de avaliação. Uma vez elaborados os indicadores teve início o processo de produção dos dados de saída através de uma pesquisa de opinião por meio eletrônico. Destacou que tiveram um retorno de em torno de duzentos e cinquenta respostas para essa pesquisa de opinião e os resultados alimentaram vários indicadores ao longo do exercício de produção dos dados. Além da pesquisa de opinião teve então início o processo das entrevistas e o resultado tanto da pesquisa de opinião como das entrevistas foi a elaboração produtos finais. A lista de indicadores ficou definida como, status da menção ao programa nas metas governamentais prioritárias de 2004 a 2007 também de 2008 a 2011, o outro indicador era a quantidade de rubricas específicas sobre trabalho escravo, volume de dotações definidas nas metas governamentais prioritárias, o volume das dotações empenhadas. Devido ao tempo, sobre a matriz que era muito extensa a Sra. Andréia Bozzou discorreu apenas sobre matriz quatro: *“Manter o programa de erradicação do trabalho escravo como programa estratégico e prioritário nos planos plurianuais nacionais e estaduais bem como definir dotações suficientes para implementação das ações definidas no Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.* Na sequência o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi anunciou a chegada da Sra. Maria do Rosário. Solicitou à Sra. Ruth Vilela que conduzisse a apresentação dos conselheiros à Sra. Maria do Rosário. Por fim anunciou sua retirada. Após apresentações a Sra. Maria do Rosário cumprimentou a todos. Comentou sobre sua honra e felicidade de ter sido escolhida pela Presidente eleita Dilma Roussef para a condução da SDH-PR pois o ordenamento nacional, no estado brasileiro nenhuma secretaria, nenhum Ministério tinha uma interface tão forte com a sociedade. E a construção das políticas que estavam sob responsabilidade daquela pasta era uma tarefa muito compartilhada com a sociedade brasileira. Ponderou que Parlamento devia à nação a votação da PEC do trabalho escravo, era necessário construir o caminho com muita força, com muita determinação e que era preciso o convencimento de que esta era uma responsabilidade de todos. Solicitou o comprometimento de todos no sentido de seguir no trabalho integrado e

mobilizado na construção de um mapa de todas as necessidades e possibilidades que tinham de aprovar a PEC do trabalho escravo. Trabalhar de forma articulada a partir dos estados para a mobilização com os representantes dos estados, fossem do Senado mais diretamente, fossem da Câmara dos Deputados, com o objetivo de oferecer ao Brasil uma legislação que articulada ao que existia oferecendo condições de enfrentar e realmente trabalhar pela erradicação da condição de desumanidade absoluta em que os trabalhadores escravos homens, mulheres, crianças também adolescentes eram jogados no nosso país. Ao passo que a Sra. Ruth Vilela ressaltou que o Conselho gostaria de aproveitar ao máximo a visita da Ministra, mas tinha consciência da maratona dela naqueles dias. Explicou que o Conselho estava, antes da sua chegada, fazendo um resumo dos critérios utilizados para avaliação e criação de indicadores do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e que a Sra. Andréia Bozzou estava explicando a metodologia utilizada para chegar àquela avaliação. Sugeriu aos conselheiros que aproveitassem o tempo da Ministra naquela reunião para sugerirem prioridades do Conselho. O Sr. Luiz Camargo enfatizou que a PEC 438 era uma arma de extrema importância que tinha os militantes do combate ao trabalho escravo, para avançar e que foi uma grande derrota no Congresso Nacional apesar de aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em agosto de 2004. Sugeriu por fim, a busca de novos parceiros no início da próxima legislatura voltando ao Congresso Nacional, aproveitando a experiência da Sra. Maria do Rosário como parlamentar. A Sra. Maria do Rosário sugeriu que pautassem uma reunião para o começo do mês de janeiro de 2001 a fim de desenvolver atividades com alguns parlamentares mais próximos, visto que o Congresso Nacional retomaria suas ações de fato em primeiro de fevereiro. O Sr. Leonardo Sakamoto reiterou que seria de suma importância essa reunião e sugeriu como data 28 de janeiro de 2011, visto que era o dia Nacional da Luta Contra o Combate ao Trabalho Escravo e que nesse dia realizava-se em todo o Brasil uma série de debates, mobilizações, discussões sobre o tema. A Sra. Ruth Vilela desejou sucesso para a Sra. Maria do Rosário que agradeceu e se despediu de todos. Na sequência a Sra. Andréia Bozzou retomou sua explanação sobre o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Informou que em termos de cumprimento das ações, dezessete ações que foram cumpridas, isso significava aproximadamente 27% das ações previstas, menos de um terço 31,74% de ações parcialmente cumpridas e 41,26% de ações que não foram cumpridas. Juntando ações cumpridas e as parcialmente cumpridas teria um valor interessante de mais de 58% de ações. Quanto à análise as ações de recensão e as ações de informação e capacitação estavam nitidamente piores do que as outras. Teria um escore melhor de ações gerais, de ações de enfrentamento e de ações de repressão econômica. Informou que houve uma prestação coletiva de que os recursos foram suficientes para repressão, mas eles estavam longe de serem suficientes para as ações de prevenção, de recensão e de campanhas. Concluiu que a relação com o plano tinha que ser um pouco diferente, tinha que ser revisado mais periodicamente. A questão dos indicadores tinha que estar presente para todas as instituições, tinha que ter avaliações de processo mais seguidas. O Sr. José Guerra ratificou que a idéia era fechar uma data em janeiro para que os Conselheiros tivessem tempo de analisar e ponderar sobre o tema do Plano Nacional. E sugeriu que o que já estava pronto não fosse publicizado ainda, pois era apenas um rascunho e só se tornaria oficial após as ponderações dos Conselheiros. Ficou acordado que até o dia 14 de janeiro de 2011 era a data limite para a entrega das sugestões e ponderações dos conselheiros. A Sra. Rogenir Santos Costa parabenizou a Sra. Andréia Bozzou pela competência e pelo desempenho que teve em fazer aquele trabalho em tempo recorde. Ressaltou que o CONATRAE se focava muito no âmbito da repressão, justiça, segurança e não avançava muito na questão da prevenção e da assistência às vítimas. Enfatizou que seria importante o Conselho aproveitar aquele processo de monitoramento do plano para avançar naquela perspectiva. O Sr. Luiz Camargo informou que todos os conselheiros estavam recebendo o último lançamento da SDH em conjunto com o Ministério da Educação, o Relatório Final da Pesquisa sobre Direito à Memória e à Verdade em CD e DVD que continha a pesquisa histórica sobre o tema que avançava muito nos últimos anos. E que a Sra. Ana Carolina, assessora da CONATRAE a partir do dia 15 de dezembro de 2010 não faria mais parte do quadro de assessores do Conselho. O Sr. Jose Nery informou que a Associação dos Magistrados do

Trabalho do Pará – AMATRA estava organizando um evento para os dias 28 a 30 de janeiro, sendo que o seminário 28 e 29 e no dia 30 a idéia de uma atividade cultural na praça pública denunciando as situações de trabalho escravo e cobrando medidas, sobretudo, a luta pela aprovação da PEC 438, ao passo que sugeriu que o CONATRAE formasse uma Comissão para participar desse evento. **Encerramento.** Sem mais assuntos a serem discutidos a Sra. Ruth Vilela encerrou a reunião.